



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS

Modalidade: () Ensino (X) Pesquisa () Extensão

Nível: () Médio (X) Superior () Pós-graduação

Área: () Química () Informática () Ciências Agrárias (X) Educação () Multidisciplinar

Autores : Jainara Pacheco de BRAGA.

Identificação autores: Bolsista PIBID/CNPq.

Introdução

O termo preservar remete a manter, resguardar, proteger. A preservação é o alicerce da Educação Ambiental (EA) e da Educação Patrimonial (EP), ambas tem como objetivo a proteção e estudo de bens de diferentes naturezas. A EA tem como alvo de preservação o meio ambiente e as relações naturais que ocorrem entre os seus componentes e habitantes. Já, a EP tem como meta a preservação da memória e a apropriação cultural dos bens pela população. Apesar de terem como objetos de estudos componentes distintos, as metodologias desenvolvidas para atingirem seus propósitos convergem em alguns aspectos.

O Centro de Educação e Cultura (CEDUC) defende que a Educação Patrimonial engloba todos os processos educativos, formais ou não, que utilizem o Patrimônio “apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação” (CEDUC, apud IPHAN). A capacidade de interpretar os fenômenos e expressões culturais nos torna mais propensos a compreender as subjetividades do mundo. Essa aptidão é desenvolvida e aprimorada nos contatos com as criações humanas, utilitários, artísticos ou simbólicos que carregam significado cultural. Qualquer pessoa é capaz de fazê-lo, mas é necessário um esforço consciente e “observação e análise direta do objeto ou fenômeno estudado” (Horta, 1997; Grunberg, 2000). A Educação patrimonial busca conduzir os cidadãos por um processo de “conhecimento, apropriação e valorização cultural”, tornando-os capaz de melhor usufruir destes bens e capacitando-os para gerar novos conhecimentos.

A Carta de Belgrado define como meta da Educação Ambiental desenvolver cidadãos conscientes de sua responsabilidade ambiental e formar pessoas com competências, capacidades e aptidões, dispostas a pesquisar e desenvolver técnicas, individual ou



coletivamente, para lidar com os atuais conflitos e degradações ambientais e prevenir os futuros. Ainda na Carta de Belgrado consta que um dos objetivos da EA seria identificar ações para assegurar “melhorias nas potencialidades humanas”, favorecendo o bem estar social e aprimorando as relações entre o homem e o meio ambiente. A Educação Ambiental consiste, acima de tudo, em um ato político que busca promover uma mudança social, instituindo novos valores e promovendo a conscientização e o desenvolvimento de estudos e técnicas em prol da preservação ambiental, bem estar e melhoria nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente (Carvalho, 2006, apud Cuba, 2010). Como ato político, pode ser exercida por qualquer pessoa consciente de suas responsabilidades socioambientais e disposta a problematizar as questões que envolvam a temática ambiental, de modo a promover mudanças de atitude que permitam a preservação ambiental através da melhoria nas relações entre o ser humano e o meio ambiente.

O intuito deste artigo é fazer uma revisão bibliográfica a fim de identificar as convergências teóricas entre a Educação Patrimonial e a Educação Ambiental, assim estimulando e corroborando para o diálogo entre elas e delas com outras disciplinas. Este material visa propor uma abordagem interdisciplinar, onde as temáticas ambientais e patrimoniais sejam abordadas integradas aos conteúdos programáticos das escolas.

Material e Métodos

O seguinte levantamento teórico foi desenvolvido a partir de um curso de Educação Patrimonial promovido pela Prefeitura de São Francisco do Sul através da Fundação Municipal de Cultura Ilha de São Francisco do Sul, que possui como objetivo “Capacitar professores e especialistas para atuarem em ações conjuntas e ou individuais na preservação da memória e da identidade cultural local e nacional”. A proposta fora que, para concluir com êxito o curso, os participantes deveriam escrever um artigo ao final das oficinas. No decorrer das oficinas surgiram indagações a respeito das semelhanças entre a Educação Patrimonial e Ambiental e estes questionamentos originaram este texto.

Foi realizada a análise de diversos documentos e artigos das duas áreas a fim de identificar convergências teóricas e metodológicas e possíveis diálogos interdisciplinares, visando propor a conversa entre os conteúdos.

Resultados e discussão



EP e EA não devem ser enxergadas como disciplinas, mas sim conteúdos multidisciplinares. Os agentes envolvidos nos processos de ensino aprendizagem, tanto da educação ambiental como patrimonial, tornam-se aptos a realizar uma diferente leitura do ambiente que os permeia, observando fatores que por olhos não treinados podem passar despercebidos, contemplando e analisando de maneira críticas as singularidades e as mudanças no cenário.

A metodologia da educação patrimonial permite ao agente facilitador do processo de ensino aprendizagem trabalhar o objeto alvo de estudo tanto em sala de aula como nos próprios locais onde são encontrados, tal abordagem permite um contato bastante rico e uma significativa apropriação cultural do bem por parte do aluno. Facilita o estudo do bem de maneira mais profunda abordando uma série de questões dos entornos, como o contexto histórico e social, a geografia da região e potencial econômico, aspectos arquitetônicos, entre outros temas associados. Horta et al (1999, p. 8), acredita que ao estudarmos o bem no local onde o encontramos, o utilizamos “como peças “chave” no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas”.

A Educação Ambiental também é potencializada quando saímos do interior da sala de aula e vamos ao ambiente externo. Este contato com o natural permite aos agentes envolvidos no processo uma maior observação e compreensão dos fenômenos e interações. Esta metodologia que possibilita a presença no meio ambiente e a visualização das interações permite a abordagem de inúmeros temas laterais como os processos históricos de formação dos ecossistemas, os climas da região, estudos da fauna e flora local, entre outros assuntos que variam de acordo com as dúvidas colocadas e o direcionamento proposto pelo educador.

A importância de exercitarmos certas competências sociais culturais e éticas na escola é oficializada através do Manual Operacional de Educação Integral. O documento prevê que as atividades fomentadas na área de Cultura, artes e Educação Patrimonial devem englobar a valorização das “questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento ao local e à sua história”. O mesmo documento enfatiza também, referente à Educação Ambiental, que devem ser trabalhados “processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, de conhecimentos, de habilidades, de competências e de atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental” (MEC, 2003, p. 14 e 18).



Um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Pará propõe o estudo da Educação Patrimonial Ambiental. Para os idealizadores do grupo de pesquisa, como a EA e a EP possuem princípios semelhantes referentes à preservação dos ambientais naturais e culturais, integradas podem formar um conceito mais amplo e complexo, a Educação Patrimonial Ambiental (EAP), esta trata o ambiente “enquanto patrimônio, mas busca ultrapassar a representação de pertencimento para chegar à representação que considera o ambiente em sua complexidade” (Barros et al, 2011). É perceptível que os conteúdos podem ser potencializados se trabalhados em conjunto, de maneira a aliar o ensino a ética, a cidadania e a responsabilidade ambiental. Cabe aos planejadores da educação e docentes integrarem os conteúdos em suas aulas, de maneira a enfatizar técnicas que promovam uma educação libertadora, guiando os alunos a tornarem-se críticos perante as questões socioambientais e culturais.

Casco (2006) salienta as movimentações comunitárias em prol do patrimônio cultural, iniciativas estas que ocorrem quando a população nota o abandono e a depredação em certos bens culturais e históricos. Há também um apelo da comunidade ao Estado, para que se posicione de maneira efetiva para diminuir a desvalorização do patrimônio cultural brasileiro. Este desafio é também enfrentado quando o assunto é o meio ambiente, inúmeras iniciativas sociais são observadas em prol da preservação ambiental, que por vezes são ignoradas ou falham devido a uma articulação de interesses progressistas.

A aprovação ideias preservacionistas choca com interesses de desenvolvimentistas e são, muitas vezes, negligenciadas por conta de uma rede de interesses, além disso o crescente progresso desorganizado e a ampliação das cidades vêm ameaçando a preservação tanto do patrimônio cultural, quanto do ambiente natural. A Educação Patrimonial e, sobretudo, a Educação Ambiental tem voltado seus estudos ao intermédio das relações entre os interesses humanos e as necessidades ambientais e sociais. Loureiro (2003) enfatiza que o “cenário para o qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos de banalização da vida” choca com a causa dos preservacionistas dos bens culturais e ambientais, ao passo que alguns ignoram suas responsabilidades como cidadãos quando subjugam a importância dos bens culturais e não mensuram o impacto ambiental que suas ações podem gerar.

Conclusão



Neste sentido a EA e a EP devem caminhar juntas rumo à preservação dos ambientes naturais e culturais, desenvolvendo novas metodologias integradas que visem à ampliação da divulgação social e científica de novas práticas que favoreçam uma educação crítica, consciente e, acima de tudo, emancipatória.

Referências

- BARROS, J. D.; MOLINA, M. D.; SILVA, M. F. V. **Evoluindo com a construção de um novo conceito – Educação Ambiental Patrimonial – a partir da reflexões da educação patrimonial e ambiental com vistas a ampliação do campo teórico metodológico desse campo.** Per. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 07, n. 06, 2011
- CASCO, A. C. A. J. **Sociedade e educação patrimonial.** IPHAN, 2006.
- CUBA, M. A. **Educação ambiental nas escolas.** ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.
- GRUNBERG, E. **Educação Patrimonial – Utilização dos bens culturais como recursos educacionais.** 2000.
- HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico da Educação Patrimonial.** MINC, IPHAN, 1999.
- IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceito e processos.**
- LOUREIRO, C. F. B. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação,** Rio Grande, 8: 37-54, 2003.
- MEC. **Manual Operacional de Educação Integral.** 2013.
- MARCATTO, C. **Educação ambiental: Conceito e princípios.** Belo Horizonte, FEAM, 2002.